

CADERNO ESPECIAL

Fé e Cidadania

O SÃO PAULO

Edição 36
29 de abril de 2026



Use o QRCode para
acessar o Caderno
Fé e Cidadania
na internet, com
mais artigos e links
citados.

A paz é possível

Arte: Sergio Ricciuto Conte



Vivemos um tempo em que a palavra paz parece cada vez mais distante da realidade cotidiana. Os conflitos se multiplicam, os arsenais crescem e a linguagem da força ressurge com uma naturalidade que deveria nos inquietar. Nesse cenário, se torna ainda mais necessário parar, refletir e perguntar: é possível outro caminho? Os textos reunidos nesta edição do Caderno Fé e Cidadania partem exatamente dessa pergunta. Os diferentes artigos não se rendem ao pessimismo fácil nem à ingenuidade de quem fecha os olhos para a violência do mundo. Ao contrário, enfrentam a realidade com rigor e honestidade, buscando nela as sementes de uma paz que não seja apenas ausência de guerra, mas construção ativa de justiça, verdade, liberdade e amor. Da análise das estruturas que perpetuam os conflitos às experiências históricas que mostram ser possível superar séculos de ódio, passando pela palavra dos Papas, convidam toda a humanidade a uma verdadeira revolução interior. Não há receitas prontas nem discursos fáceis. Há, sim, um convite sério e urgente à reflexão sobre o mundo que estamos construindo e sobre o tipo de paz que queremos – e que somos capazes de viver.

Wagner Balera*

O mundo vive hoje em crescente tensão. Quase como se quisesse superar os tempos sombrios da Guerra Fria. Nessa conjuntura, parece ressoar com maior vigor o apelo que São João XXIII dirigiu à humanidade há mais de 60 anos. Lá, como agora, a paz parecia buscar apoio no crescente medo do adversário.

Não é despido de valor o roteiro engendrado pela *Pacem in terris*, que enxerga quatro elementos centrais para o exame da questão. Tais vetores constituem a base moral da convivência humana e das relações entre os povos. Quando a verdade é manipulada, quando a justiça é sacrificada a interesses imediatos, quando a liberdade é negada e o amor social desaparece, o terreno da guerra se torna fértil.

A primeira reação à guerra é a verdade. Quem joga com a verdade não inventa armas que o adversário não possui, tampouco amplifica os arsenais. É a mentira que causou a desastrosa guerra no Oriente Médio, em passado recente e que não difere

muito da problemática atual.

Segue-se a questão da justiça. Nenhuma guerra é justa quando se pretende a aniquilação do adversário ou sua rendição cabal ao vitorioso. Não são poucos os que consideram a submissão do vencido na Primeira Guerra Mundial como o estopim que, criando instabilidade em pouco tempo desencadeou o segundo e mais brutal conflito global.

Ademais, ainda em linha com São João XXIII, a busca da liberdade é a via segura para a paz mundial. Liberdade como libertação de todas as necessidades materiais e de todas as restrições à livre manifestação de pensamento e de crença.

Por fim, a paz depende do amor ou, mais precisamente, da busca incessante do que São Paulo VI denominou a civilização do amor.

A paz será possível desde que se respeite e se reconheça a necessidade absoluta de uma autoridade mundial, como instância mediadora de conflitos e de concreto controle dos armamentos, sobretudo das armas nucleares. A escolha consciente dos povos, que querem a justiça, que fortalecem a cooperação,

depende de esforços concretos, de pautas e de tempos bem definidos. Quem despreza ou ignora a autoridade mundial engendra e promove a guerra. Desde a sua fundação e nas assembleias anuais, as Nações Unidas têm reiterado a necessidade de limitar e reduzir os arsenais militares, com especial atenção às armas nucleares. Há tratados e mecanismos de controle que urge respeitar nos quais a proliferação nuclear é vedada. Ainda recentemente, o Papa Leão XIV renovou essa [súplica pelo desarmamento em forma de oração](#).

É forçoso reconhecer que os obstáculos se mostram bastante persistentes. Rivalidades históricas, estratégicas e um bastante significativo sectarismo religioso parecem incutir a produção cada vez mais intensa de armamentos, que alimentam a modernização de arsenais e reativam a lógica da dissuasão nuclear. É a volta inaceitável da linguagem da força, em detrimento do diálogo travado no foro apropriado e com estrita observância do regramento do direito internacional. As soluções pacientemente armadas pelos canais diplomáticos parecem ceder passo à

brutalidade e às atitudes unilaterais. Tudo a reforçar o que parece consistir em ataque planejado à existência e ao funcionamento dos organismos multilaterais.

Os instrumentos disponíveis para a preservação da paz exigem, como requisito de viabilidade operacional, a boa vontade e o diálogo como único caminho para a solução das controvérsias. Cumpre insistir, oportuna e inoportunamente, com o tema da civilização do amor. Eis o projeto histórico que exige instituições aptas a promover a paz na terra aos homens de boa vontade. De pronto, iniciar o desarmamento, sobretudo o nuclear, como Leão XIV pediu na inspirada oração cunhada para estes tempos.

Enquanto existirem propósitos ocultos ou não tão ocultos de dominação, não haverá ambiente para a construção de um caminho para a paz. A política internacional, animada pelo bem comum universal, como se sabe, não pode prescindir da verdade e dos compromissos éticos.

* Professor titular de Direitos Humanos na Faculdade de Direito da PUC-SP.

Da paz armada à paz desarmante: entre a dissuasão e a solidariedade

Leão XIV, em sua mensagem para o LIX Dia Mundial da Paz, pediu uma “paz desarmada e desarmante, humilde e perseverante”, que “provém de Deus, que nos ama a todos incondicionalmente”. Mas será esta uma ilusão utópica, irrealista, ou um ideal orientador, que caminha realisticamente para um mundo mais pacífico?

Pessoas reunidas ao redor dos escombros de uma casa destruída na guerra de Gaza/ Jaber Jehad Badwan



Francisco Borba Ribeiro Neto*

Vivemos o período de maior instabilidade global desde o fim da Segunda Guerra Mundial. [O mundo enfrenta hoje 61 conflitos armados ativos – o número mais alto registrado desde 1946](#). Suas consequências diretas atingem centenas de milhões de pessoas submetidas ao horror da violência sistêmica, do deslocamento forçado e da fome severa. Não estamos diante de uma crise passageira: trata-se de uma tendência estrutural, com o número de conflitos tendo [quase dobrado nos últimos cinco anos](#).

No entanto, a percepção pública sobre essa realidade é profundamente filtrada por uma visibilidade assimétrica. Os chamados “conflitos midiáticos”, como a guerra na Ucrânia e o confronto Israel-Hamas, concentram ações diplomáticas e manchetes globais. Embora a gravidade desses conflitos seja inegável, o foco exclusivo sobre eles oculta as “guerras esquecidas”, que acumulam muito mais vítimas em seu conjunto. O silêncio sobre a tragédia no Congo – com [5,4 milhões de mortes estimadas entre 1998 e 2007](#) – ou sobre conflitos devastadores no Sudão, no Sahel e em Mianmar revela como a geopolítica do interesse molda nossa empatia: o sofrimento humano é hierarquizado conforme a relevância estratégica da região.

O INVESTIMENTO EM DISSUAÇÃO E GUERRAS PREVENTIVAS É VÁLIDO?
Investir em uma escalada armamentista

para se mostrar forte e dissuadir inimigos ou atacá-los antes que se tornem perigosos (guerra preventiva) são estratégias válidas para alcançar a paz? Os defensores do autoprotelado “realismo político” afirmam que o poder é a única linguagem que os Estados compreendem. Seus críticos consideram que essa postura intimida populações e instiga a guerra, gerando uma insegurança permanente.

A dissuasão, baseada na força das próprias armas comparadas às do inimigo, orientou a Guerra Fria (1945–1991) e é frequentemente creditada por ter evitado um confronto direto entre EUA e URSS. Crises como a dos mísseis em Cuba (1962) mostraram que a ameaça de aniquilação total funciona como freio de emergência.

Entretanto, a dissuasão pode alimentar uma funesta corrida armamentista. A Guerra do Yom Kippur (1973) provou que a dissuasão falha quando os objetivos políticos e a honra nacional superam o medo da derrota: mesmo diante da superioridade israelense, Egito e Síria optaram pelo ataque. A evidente superioridade militar de Israel não trouxe paz e tranquilidade nem para judeus, nem para árabes – apenas fomenta a busca por formas cada vez mais eficientes e devastadoras de infligir dor ao adversário.

Ainda mais controversa é a lógica da guerra preventiva. A Operação Ópera (1981), em que Israel destruiu o reator nuclear iraquiano de Osirak, é citada como exemplo de sucesso. Mas a Guerra do Iraque (2003) representa o fracasso mais trágico e mais recente dessa lógica: lançada

para neutralizar armas de destruição em massa que nunca foram encontradas, a invasão desestabilizou todo o Oriente Médio e criou o vácuo de poder que permitiu o surgimento do Estado Islâmico.

Os argumentos contra a guerra preventiva são devastadores: ela se baseia em lacunas de informação e especulações sobre intenções futuras, é geralmente considerada uma agressão ilegal pelo direito internacional e frequentemente serve de pretexto para encobrir empreendimentos militares com intenções hegemônicas ou interesses econômicos.

A ECONOMIA DA MORTE: O COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR. O esforço de guerra tem um custo econômico. Em 2024, [os gastos militares globais atingiram a marca de 2,7 trilhões de dólares](#) – o décimo ano consecutivo de crescimento e a alta mais acentuada desde o fim da Guerra Fria. Naquele ano, o governo russo, em guerra com a Ucrânia, gastou praticamente no esforço de guerra o dobro que com saúde (cerca de [7%](#) contra [3,7%](#) do PIB). O governo de Israel, em guerra com o Hamas, [gastou mais com o esforço militar](#) do que com a saúde (8,8% contra 5,2% do PIB).

Dwight Eisenhower, presidente norte-americano (1953–1961) e um dos maiores comandantes militares da Segunda Grande Guerra, considerou o investimento na corrida armamentista um “roubo” contra aqueles que passam fome e frio: estima-se que aproximadamente 14% do gasto militar global anual seria suficiente para [a erradicação da pobreza](#)

[extrema](#), garantindo também o [acesso universal à educação básica](#) e [a serviços essenciais de saúde](#) nos países em desenvolvimento.

A guerra e a manutenção da “paz armada”, baseada em dissuasão e guerras preventivas, são um negócio altamente rentável. O próprio Eisenhower denunciou a existência de um complexo industrial-militar, no qual grandes corporações voltadas à fabricação de armamentos se aliam a chefes militares e lideranças políticas para forçar o aumento de investimentos em armas – valendo-se de financiamentos bilionários a campanhas eleitorais e a influenciadores que exageram ameaças globais para justificar novas armas, além de contratar altos oficiais aposentados para cargos importantes em fabricantes de armas, criando um conflito de interesses estrutural.

Nos Estados Unidos, o setor de defesa gastou [101 milhões de dólares em lobby](#) apenas nos primeiros três trimestres de 2022, ano em que o [Congresso aprovava o maior orçamento do Pentágono](#) da história até então: 858 bilhões de dólares. Sintomaticamente, entre 1960 e 2026, apesar de o país ter sofrido apenas o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, as tropas norte-americanas estiveram envolvidas em algum conflito militar externo em praticamente todos esses 66 anos. [Desde 2001](#), cerca de 7 mil militares morreram em combate – enquanto mais de 30 mil veteranos de conflitos pós-11 de setembro tiraram a própria vida. São os custos humanos e econômicos da paz armada.

Manifestação pacifista em Londres/ Alisdare Hickson



GUERRA, MENTIRA, DESUMANIZAÇÃO E COESÃO.

Nenhuma guerra começa sem que o agressor convença sua população de que a paz é mais perigosa do que o conflito. Toda guerra moderna é precedida por uma “máquina de mentiras” que mascara os verdadeiros interesses em jogo. No Iraque, em 2003, a mentira das armas de destruição em massa criou o terror de um ataque iminente que nunca existiu. Na Ucrânia, em 2022, o pretexto da “desnazificação” mascarou ambições imperialistas russas sob uma falsa urgência moral. Além disso, para que uma sociedade aceite o extermínio, é necessário silenciar a empatia. Não se mata o semelhante – mata-se um “adversário” despojado de humanidade, apresentado apenas como um perigo a ser removido. Não são pessoas, são “terroristas”, “infiéis” ou “agressores”. As mortes de civis são higienizadas sob o eufemismo “danos colaterais”, diluindo a culpa individual e coletiva. Ao transformar o inimigo em um ser sem traços humanos, a propaganda justifica a violência desmedida como ato nobre. É notável como os lados opostos de um conflito frequentemente desenvolvem visões simétricas: ambos se veem como “virtuosos defensores”, enquanto retratam o outro como “loucos violentos”.

A guerra contra o inimigo externo é também um poderoso elemento de coesão interna, oferecendo um senso de identidade e destino comum. A ditadura argentina em crise conclamou a população para enfrentar a Inglaterra nas Malvinas (1982); regimes autoritários do mundo islâmico convocam permanentemente seus cidadãos para resistir à ameaça representada pela cultura ocidental. A verdade é a primeira vítima da guerra – e superar o conflito exige, antes de tudo, desmantelar as narrativas que nos impedem de ver o humano por trás do “inimigo”, os interesses reais por trás dos alegados.

ORIENTE MÉDIO: O FRACASSO DA PAZ ARMADA. O Oriente Médio é a antítese perfeita de um sistema de paz duradoura. O mundo árabe vive um equilíbrio precário, com a legitimidade das fronteiras

nacionais constantemente tensionada por identidades transnacionais e pela rivalidade entre potências regionais como Arábia Saudita e Irã. Essa situação de conflito permanente é alimentada pela fragilidade das instituições civis, que leva os Estados a priorizarem o aparato militar em detrimento do desenvolvimento social.

Israel, cercado objetivamente por inimigos que querem seu extermínio, acostumou-se a uma situação de paz armada que se tornou uma permanente condição de pré-conflito ou conflito aberto. Ami Ayalon, herói de guerra israelense e ex-chefe do Shin Bet, um dos serviços de segurança interna mais eficientes do mundo, publicou, em 2020, o livro *Friendly fire* (“Fogo amigo”), mostrando que as ações militares e os ataques antiterroristas israelenses, apesar de esmagadores em seu potencial de fogo, não conseguem deter seus inimigos – pelo contrário, parecem torná-los mais numerosos. Sua conclusão é devastadora: “Matar líderes terroristas sem considerar o desespero de seus apoiadores é uma missão tola e produz mais frustração, mais desespero e mais terrorismo. Quanto mais ‘vencemos’ uma guerra tão mal concebida, mais transformamos a nossa sociedade em uma distopia orwelliana em que a verdade e a mentira são indistinguíveis”.

É aqui que a retórica da “guerra justa” é mais manipulada para justificar ataques desproporcionais: a segurança buscada apenas pela força será sempre uma trégua violenta à espera do próximo ataque.

O EXEMPLO EUROPEU. Em contraposição ao Oriente Médio, a Europa do pós-guerra oferece um roteiro para a “paz desarmante”. O continente vinha de uma “guerra mundial com cerca de 60 milhões de vítimas, a maioria civis. De 1870 a 1945, só França e Alemanha haviam entrado em guerra três vezes. Era um continente exausto de violência que, paradoxalmente, parecia incapaz de encontrar paz.

O milagre europeu foi fruto de uma arquitetura política que privilegiou a integração e a interdependência, sob a liderança de três estadistas católicos: Konrad

Adenauer (Alemanha), Robert Schuman (França) e Alcide De Gasperi (Itália). A partir de sua formação cristã, perceberam que a paz só poderia ser alcançada com a superação dos ressentimentos, o perdão e a fraternidade. Realistas, construíram instrumentos políticos concretos; homens de fé, compreenderam que essa construção implicava também uma mudança de mentalidade.

O ponto de virada foi a Declaração Schuman de 1950: em vez de humilhar a Alemanha derrotada, a França propôs colocar toda a produção de aço e carvão – a base da indústria bélica – sob uma autoridade supranacional comum, tornando a guerra não apenas impensável, mas “materialmente impossível”. Desde então, a Europa Ocidental vive seu mais longo período de paz documentado. O modelo substituiu a dissuasão pela interdependência e combateu a desumanização pelo convívio – inclusive com programas como o Erasmus, que promove o intercâmbio estudantil entre países-membros. Em vez de exércitos nas fronteiras, criaram-se tribunais comuns, moeda partilhada e redes de cooperação que tornaram a agressão um suicídio econômico para qualquer Estado-membro.

CAMINHOS PARA UMA PAZ DESARMANTE.

A “paz desarmante” não é uma ilusão utópica, mas um ideal orientador que pode guiar povos e nações para a construção de uma paz verdadeira. Ela não começa nas altas esferas da política internacional, mas no coração de cada pessoa, ganhando paulatinamente novas camadas. Começa com o reconhecimento da humanidade do outro: A guerra se inicia quando o adversário deixa de ser reconhecido como gente e a propaganda que o desumaniza é aceita sem questionamento. Combater esse mecanismo exige promover uma cultura do encontro, na qual o diferente seja reconhecido em sua dignidade e o ressentimento ceda lugar ao perdão – não como esquecimento da injustiça, mas como recusa a deixar que o passado aprisione o futuro. Sem esse trabalho paciente de

reconciliação, qualquer acordo de paz não passa de uma trégua armada.

Vivemos na era da desinformação industrializada, em que algoritmos amplificam o ódio e influenciadores se tornam, voluntária ou involuntariamente, peças de máquinas de propaganda. Meios de comunicação, plataformas digitais e criadores de conteúdo têm a responsabilidade de verificar os fatos, denunciar manipulações e não transformar narrativas convenientes em verdades absolutas.

No plano interno, a democracia é a maior garantia da vocação pacífica de uma nação: não existe povo que queira a guerra quando compreende seus custos reais – os filhos que não voltam, as cidades que viram escombros, as economias que colapsam. Fortalecer o Estado democrático, com eleições livres, parlamentos independentes e controle transparente dos recursos públicos, é um ato de resistência à cultura da guerra.

No plano internacional, é preciso valorizar a interdependência em vez da concorrência. Nações que compartilham recursos, mercados e projetos comuns têm incentivos concretos para não se destruir. Construir vínculos de cooperação e solidariedade transforma a lógica do confronto em lógica do benefício mútuo. – e numerosos acordos de cooperação internacional atestam isso por todo o mundo.

Por fim, é indispensável fortalecer as instituições internacionais. São imperfeitas e contestadas, mas a solução não está em abandoná-las – e sim em aperfeiçoá-las, dotando-as de mais capacidade para mediar conflitos, proteger populações civis, responsabilizar agressores e defender as nações menores frente às potências. A soberania deve ser respeitada, mas não pode ser escudo para a agressão ao outro.

É um caminho longo, mas viável – mais do que viável, necessário, para chegarmos a uma paz verdadeira.

* Sociólogo e biólogo, dedica-se ao estudo das relações entre Igreja e cultura, religião e política, ecologia social e bioética. Editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do O SÃO PAULO.



A paz e a fragilidade

Nada tem a capacidade de mudar-nos mais do que um filho. E talvez seja justamente o pensamento nos nossos filhos, nas crianças e naqueles que são frágeis como elas, que nos traspassa o coração (cf. At 2,37). A este respeito, o meu venerado Predecessor escrevia que “a fragilidade humana tem o poder de tornar-nos mais lúcidos em relação ao que dura e ao que passa, ao que faz viver e ao que mata. Talvez por isso, tendamos tão frequentemente a negar os limites e a fugir das pessoas frágeis e feridas: elas têm o poder de questionar a direção que escolhemos, como indivíduos e como comunidade” ([Mensagem de Leão XIV para o LIX Dia Mundial da Paz](#)). Em 2014, o Papa Francisco, os então Presidentes de Israel, Shimon Peres, e da Palestina, Mahmoud Abbas, e o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, Bartolomeu I, plantaram juntos uma oliveira nos jardins do Vaticano (foto). Um símbolo da paz, que pode crescer frágil, mas há de se tornar grande e forte para o bem da humanidade.

A paz desarmada e desarmante, nas palavras de Leão XIV

O Papa, em sua primeira [mensagem para o Dia Mundial da Paz](#), da qual extraímos os trechos a seguir, lembra-nos do que considera uma “revolução silenciosa” trazida por Cristo: “A paz esteja convosco”.

Redação

“A paz esteja contigo!” Esta antiga saudação, presente ainda hoje em muitas culturas, ganhou novo vigor nos lábios de Jesus ressuscitado na noite de Páscoa. “A paz esteja convosco!” (Jo 20,19.21) é a sua Palavra que não só deseja, mas realiza uma mudança definitiva naqueles que a acolhem e, conseqüentemente, em toda a realidade. [...] E desejo reiterá-lo: esta é a paz do Cristo ressuscitado, uma paz desarmada e desarmante, humilde e perseverante. Ela provém de Deus, o Deus que nos ama a todos incondicionalmente.

[...] A paz existe, deseja habitar-nos, tem o poder suave de iluminar e alargar a inteligência, resiste à violência e a vence. A paz tem o sopro da eternidade [...] Santo Agostinho exortava os cristãos a estabelecerem uma amizade indissolúvel com a paz, para que, guardando-a no íntimo do próprio espírito, pudessem irradiar o calor luminoso ao seu redor. [...] “Se quereis atrair os outros para a paz, tende-a vós primeiro; sede vós, antes de tudo, firmes na paz. Para inflamar os outros, deveis ter dentro de vós a luz acesa” (*Sermão 357*) [...] Antes de ser um objetivo, a paz é uma pre-

sença e um caminho. [...] É um princípio que orienta e determina as nossas escolhas. Também nos lugares onde só restam escombros e onde o desespero parece inevitável, ainda hoje encontramos quem não esqueceu a paz.

[...] Jesus disse aos que estavam com Ele: “Deixo-vos a paz; dou-vos a minha paz. Não é como a dá o mundo, que Eu vo-la dou”. E imediatamente acrescentou: “Não se perturbe o vosso coração nem se acovarde” (Jo 14, 27). [...] O caminho de Jesus continua a ser motivo de perturbação e medo. E Ele repete com firmeza àqueles que gostariam de defendê-Lo: “Mete a espada na bainha” (Jo 18,11; cf. Mt 26,52). A paz de Jesus ressuscitado é desarmada, porque desarmada foi a sua luta.

[...] Quando tratamos a paz como um ideal distante, acabamos por não considerar escandaloso que ela possa ser negada e que até mesmo se faça guerra para alcançá-la [...] No plano político, essa lógica, muito além do princípio da legítima defesa, é o dado mais atual em uma desestabilização planetária que a cada dia se torna mais dramática e imprevisível [...] Ao longo de 2024, as despesas militares em nível mundial aumentaram 9,4% em relação ao ano anterior, confirmando a

tendência ininterrupta dos últimos dez anos e atingindo o valor de 2,72 bilhões de dólares, ou seja, 2,5% do PIB mundial.

[... Estamos vendo] um realinhamento das políticas educativas: em vez de uma cultura da memória, que preserve a consciência adquirida no século XX e não esqueça os milhões de vítimas, promovem-se campanhas de comunicação e programas educativos [...] que difundem a percepção de que se vive continuamente sob ameaça e transmitem uma noção de defesa e segurança meramente armada. Todavia, “quem ama verdadeiramente a paz ama também os inimigos da paz” (SANTO AGOSTINHO, *op. cit.*) Assim, Santo Agostinho recomendava não destruir pontes e não insistir com repreensões, preferindo a via da escuta e, na medida do possível, do encontro com as razões dos outros.

[...] A bondade é desarmante. Talvez por isso, Deus se tenha feito criança. [...] “Paz na terra”, cantam os anjos, anunciando a presença de um Deus indefeso, pelo qual a humanidade só pode descobrir-se amada cuidando Dele (cf. Lc 2,13-14) [...] São João XXIII foi o primeiro a introduzir a perspectiva de um desarmamento integral, alcançado somente por meio da renovação do coração e da inteligência [...]

“Nem a renúncia à competição militar, nem a redução dos armamentos, nem a sua completa eliminação [...] se pode levar a efeito, se não se proceder a um desarmamento integral, que atinja o próprio espírito” (*Pacem in terris*, PT 113).

[...] Mais do que nunca, é necessário cultivar a oração, a espiritualidade, o diálogo ecumênico e inter-religioso como caminhos de paz e linguagens de encontro entre tradições e culturas. Em todo o mundo, é desejável que cada comunidade se torne uma “casa de paz”, na qual se aprende a neutralizar a hostilidade por meio do diálogo, na qual se pratica a justiça e se conserva o perdão [...] Aqueles que são chamados a assumir responsabilidades públicas [...] investiguem a fundo qual a melhor maneira de se chegar à maior harmonia das comunidades políticas no plano mundial [...] É o caminho desarmante da diplomacia, da mediação, do direito internacional.

[...] Como viver em um tempo de desestabilização e conflitos, libertando-se do mal? É necessário motivar e apoiar todas as iniciativas espirituais, culturais e políticas que mantenham viva a esperança [...] Que isso seja um fruto do Jubileu da Esperança [...]